Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

Lingüística Indígena e Educação na América Latina

Lucy Seki (Org.)

EDITORA DA UNICAMP

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

NA SALA DE AULA: A SUBVERSÃO DA ESCOLA COM OS KAINGANG

Juracilda Veiga
Wilmar da Rocha D'Angelis

Parece consenso entre os estudiosos da educação que cada sociedade educa seus filhos para conformá-los a ela mesma. Ou seja, de maneira geral é legítimo supor que o processo de educação que cada sociedade desenvolve com seus novos membros é um processo de socialização que pretende que esses novos membros atendam aos interesses dominantes nessa sociedade.

Nas sociedades divididas, isto é, com distinção de classes, é justo pensar que os interesses dominantes são os da classe dominante, que se faz classe dirigente e busca hegemonizar sua visão de mundo e da sociedade. A escola, esse espaço formal de educação e ensino comum nesse tipo de sociedade, concebe-se pois como um lugar privilegiado para essa ação das classes dirigentes no sentido de conformar as novas gerações aos seus valores e interesses. Não negamos aqui a disputa ideológico-política que se trava no âmbito das escolas e dos órgãos de educação, mas enfatizamos o caráter hegemônico de um projeto da classe dominante. Esse destaque é tão mais importante quando pensamos nas escolas rurais brasileiras, ali onde os povos indígenas muitas vezes vão fazer sentar seus filhos junto da população nacional envolvente.

Essa análise faz compreensível para nós o caráter patriótico-nacionalista e ufanista da escola pública brasileira em geral e muito freqüentemente daquela instalada por órgãos oficiais em áreas indígenas (Serviço de Proteção aos Índios e Fundação Nacional do Índio). Essa escola perniciosa tratou de fazer dos povos indígenas contingentes miseráveis de "brasileiros". Aliás, essa escola ajudou e ajuda ainda a vender a idéia de que "os índios são os verdadeiros brasileiros", tão comum hoje nos discursos de lideranças indígenas.

Uma outra conclusão muito comum é a que leva a identificar a escola como um instrumento dos "brancos", porém necessário aos povos indígenas no processo de contato e convivência com a sociedade nacional brasileira. Não é incomum que tal conclusão leve a posturas bastante distintas, e mesmo, contraditórias. De um lado, um ufanismo "missionário" de inspiração positivista que acredita na escola como meio de "redenção" do "índio". E uma tal atitude "missionária" não é exclusividade ou privilégio de membros das igrejas e seitas: existe com a mesma freqüência e gravidade um "missionarismo" secular. De outro lado, uma postura que encara a escola como um "mal necessário", que se tolera como instrumento de ensino formal para as crianças indígenas, mas que se mantém sob vigilância permanente para que "prejudique o menos possível" a cultura indígena.

Evidentemente que há casos e casos, situações e situações, e aqui queremos em poucas palavras dizer como entendemos de subverter o clássico papel e caráter da escola em nossas experiências educativas junto aos Kaingang no Sul do Brasil.

1. Do espaço do branco à identidade indígena

Nossa experiência de educação junto às comunidades Kaingang do Pinhalzinho, no Posto Indígena Xapecó (SC), do Toldo Chimbangue (SC), de Iraí (RS) e do Posto Indígena Nonoai (RS), partiu da necessidade de estabelecer um processo que reagisse à crescente penetração dos valores dominantes da sociedade brasileira nas comunidades indígenas do Sul e à crise da identidade indígena concomitante àquela penetração.

No caso do Toldo Chimbangue, a tomada total das terras indígenas e a belicosidade dos colonos que as ocuparam foram vistos por nós como fatores que facilmente acelerariam o processo referente à identidade indígena, podendo funcionar positiva ou negativamente (do ponto de vista indígena), dependendo das outras variáveis envolvidas. Pensamos, também nesse caso, que nosso trabalho em educação poderia tirar daqueles fatores o que pudessem ter de positivo, isto é, o que pudesse vir a afirmar a identidade indígena.

Vale dizer que assumíamos conscientemente que toda a ação indigenista que realizávamos — então, ligados ao Conselho Indigenista Missionário, Cimi — era uma ação educativa, um processo de mútua interação e mútuo aprendizado. Ou seja, tínhamos clareza de que não nos

cabia a solução dos problemas das comunidades indígenas, mas que podíamos cumprir um papel de parceiros solidários com sua sobrevivência. Não tínhamos, no entanto, ilusões do tipo "não intervencionista", porque sempre foi para nós evidente a quantidade de intervenções de caráter integracionista e exploratório altamente nocivas às comunidades indígenas, a começar pela ação da Funai com suas escolas, serrarias, plantações, empreguismo, corrupção etc. Sabíamos certo que havia um espaço e a necessidade de uma ação em sentido contrário, que discutisse com os povos indígenas inclusive o perfil de classes da sociedade brasileira, e deixasse de lado um discurso indigenista populista que se rende à simplista oposição "branco x índio".

De nossa convivência com os Kaingang pudemos formular com eles algumas propostas de ensino/educação que avançassem nessas direções. Percebemos que, de sua experiência com a Funai (exceção para o Chimbangue) e de sua convivência e contato com a sociedade regional, os Kaingang aprenderam a valorizar a "escola" como um espaço de aquisição de conhecimento e de aperfeiçoamento pessoal no sentido da aquisição de habilidades para um melhor desempenho na interação com a sociedade dominante. Julgamos menos difícil, mais prático e mais eficiente usar desses "atributos" da escola em favor deles do que executar com eles, de primeiro momento, uma desmistificação dessa "escola".

Assim, se a escola era, a princípio, um espaço do branco, decidimos em uma primeira experiência com jovens Kaingang do Pinhalzinho (P.I. Xapecó) — de 12 a 17 anos — trazê-los a um tal espaço semanalmente para, ali, estudarmos juntos. E se a escola estava ligada à valorização da escrita, e através dela, da língua portuguesa que, por fim, valorizava os conteúdos da ideologia dominante na sociedade brasileira, procuramos que nosso estudo permitisse àqueles jovens encontrar outra utilidade e valor na escrita, dando-lhes a conhecer documentos valiosos e fundamentais sobre sua história e sua cultura. E, na mesma linha, se a escola sempre significara nas aldeias a desvalorização do conhecimento e do papel dos velhos, substituídos que foram pela figura do professor (muito freqüentemente, um índio preparado e assalariado da Funai), nossa escola contava com a presença dos próprios velhos (em todo caso, sempre com pelo menos uma pessoa de geração mais velha) ou remetia os estudantes às fontes do conhecimento indígena. Finalmente, se as escolas tradicionalmente reforçaram no jovem indígena uma identidade negativa (nesse tipo de escola os "índios" só são lembrados — no Dia do Índio — pelo que não tinham quando Ca-

bral os encontrou, isto é, roupas), se apenas contribuíram para alimentar nele um sentimento de frustração pelo "atraso" de sua cultura ante a "superioridade" tecnológica dos "brancos", nosso estudo tratava de resgatar com eles o orgulho étnico por pertencer a uma cultura de tradição milenar, de grandes conhecimentos aplicados ao meio ambiente com o qual interagia, e lançá-los com o olhar para o futuro.

Parece importante destacar aqui que não pensamos em nenhum momento em dar ao processo um caráter nostálgico ou conservador, ou mesmo — num outro risco sempre presente — direcioná-lo para uma folclorização da cultura indígena. Tratava-se, antes, de contribuir ao processo cultural dinâmico e permanente pelo qual cada povo faz e refaz sua identidade. E, nesse sentido, pensamos que nossa "escola" também quis ajudar os Kaingang a fazer a antropologia de si mesmos.

E foi centrados na mesma perspectiva de servir ao processo da (re)construção da identidade étnica que programamos e dirigimos, com algumas lideranças Kaingang, diversos "Cursos para Jovens" daquele povo, reunindo moças e rapazes de diversas aldeias em um "espaço de branco". Os cursos discutiam história indígena, cultura Kaingang, agricultura, legislação indigenista, situação das comunidades Kaingang etc., e contribuíram na formação da consciência de um amplo grupo de jovens indígenas.

Finalmente, com a mesma perspectiva — e com o agravante da situação conflitiva — iniciamos um trabalho semelhante envolvendo a comunidade do Toldo Chimbangue, com especial ênfase nos jovens. Quando em meados de 1986 essa comunidade recebeu de volta pouco mais da metade de suas terras (sendo os colonos indenizados pelo governo para retirar-se) convidou-nos para dirigir uma escola para seus filhos, utilizando inclusive o prédio da escola dos colonos que ficou na terra indígena. Com eles discutimos os planos de funcionamento dessa escola, mas eles estavam interessados em dar-nos apenas as linhas gerais, e algumas exigências, deixando o restante do planejamento por nossa conta, dado o grau de interação e conhecimento que tínhamos com eles.

Fizemos o que nos pediram, e passamos a trabalhar diariamente ali com 20 crianças, numa escola que em tudo buscou cumprir o papel de contribuir à construção da identidade Kaingang. Uma escola em que podiam comparecer os pais dos alunos para assistir às aulas quando tinham vontade, ou as autoridades da aldeia. Uma escola em que as crianças sabiam comentar os fatos políticos que envolviam a comunidade, seja pelas dificuldades com os colonos ocupantes da terra indí-

gena, seja com a Funai que, tendo obstaculizado a luta indígena pela terra, passou a pressionar pelo controle sobre a comunidade, após a vitória indígena. Pensávamos já, então, que a uma escola indígena não bastam boas intenções, ou mesmo claros objetivos, mas é necessário também um bom programa, eficiente para os interesses da comunidade em questão. Nossa escola buscava trabalhar com as crianças a questão da recuperação do controle da comunidade sobre seu território, após anos de domínio dos colonos sobre ele; tratava da questão ambiental, refletindo o que se discutia com as autoridades indígenas que tinham planos de florestamento da área e recuperação da fauna (que, afinal, com muita alegria eles aos poucos têm conseguido); tratava da história Kaingang e buscava redescobrir a sabedoria indígena.

A escola do Toldo Chimbangue parou de funcionar no dia 1.º de Novembro de 1986, quando a Fundação Nacional do Índio, através de seus funcionários em Chapecó e escudada no funcionário índio, Pedro Cornélio Segseg (apresentado como liderança Kaingang regional) promoveu uma invasão armada no Toldo Chimbangue, baleando e espancando diversos indígenas e retirando de suas terras um terço daquela comunidade Kaingang, que necessitou de recurso judicial para voltar ao que era seu. Apesar disso, o trabalho realizado ali em pouco tempo frutificou de tal forma, que aquela comunidade hoje integra, indiscutivelmente, o rol das aldeias Kaingang mais combativas e, ainda hoje, continua solicitando de nós o reinício daquele trabalho.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org